

SOCIOLOGIA

com Vivianne Catolé



CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE

As minorias



As minorias

Na sociedade contemporânea, o conceito de “minorias” tornou-se central no debate público e acadêmico, refletindo desigualdades persistentes e a luta por reconhecimento e direitos. No entanto, o termo “minoria” não se refere apenas à quantidade numérica de indivíduos, mas principalmente à posição social de desvantagem e subalternização que certos grupos ocupam. A Sociologia, enquanto ciência que analisa as estruturas sociais e as relações de poder, oferece ferramentas fundamentais para compreender como se constroem e se reproduzem essas desigualdades que afetam grupos minoritários.

A compreensão sociológica de minorias vai além do senso comum. Louis Wirth, sociólogo da Escola de Chicago, definiu minorias como “grupos que, por suas características físicas ou culturais, são objetos de discriminação e têm um sentimento de solidariedade entre si”. Esse enfoque destaca que o pertencimento a uma minoria não é natural ou biológico, mas resulta de processos sociais e históricos de marcação da diferença.

PIERRE BOURDIEU contribuiu para essa análise ao mostrar como a dominação simbólica reforça hierarquias sociais. Por meio da naturalização de valores do grupo dominante, as minorias são frequentemente representadas como inferiores, justificando sua exclusão dos espaços de poder. Tal exclusão se dá em múltiplas esferas — econômica, política, cultural — afetando, por exemplo, populações negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e mulheres em diversos contextos.



Na mesma linha, o conceito de **interseccionalidade**, proposto por **Kimberlé Crenshaw**, oferece uma chave de leitura essencial ao mostrar como diferentes marcadores sociais — como raça, gênero e classe — se cruzam e produzem formas complexas de opressão. Por essa ótica, por exemplo, uma mulher negra sofre discriminações que não podem ser entendidas separadamente como racismo e sexismo, mas como experiências entrelaçadas e específicas.

Justiça Social e Minorias em Nancy Fraser: Entre Redistribuição e Reconhecimento

A filósofa e cientista política Nancy Fraser é uma das pensadoras contemporâneas mais influentes no debate sobre

justiça social, especialmente no que diz respeito à **inclusão de minorias e aos mecanismos de reparação das desigualdades estruturais**. Em obras como «Redistribuição ou Reconhecimento? Um debate político-filosófico», escrita em parceria com Axel Honneth, Fraser propõe uma abordagem integrada e multidimensional da justiça, essencial para compreender os desafios enfrentados por grupos minoritários em sociedades marcadas por desigualdade, exclusão e opressão histórica.

Para Nancy Fraser, justiça social não pode ser reduzida apenas à distribuição econômica, como propõem teorias mais tradicionais da justiça (ex: John Rawls). Ela propõe que a justiça envolve dois eixos fundamentais:

REDISTRIBUIÇÃO: Trata das desigualdades econômicas — como pobreza, desemprego, acesso desigual à educação e saúde. Está relacionada às políticas públicas que buscam igualdade de material.

RECONHECIMENTO: Diz respeito ao respeito e à valorização das identidades culturais, étnicas, de gênero, sexualidade e origem. Fraser argumenta que a desvalorização cultural — como o racismo, o machismo e a homofobia — são formas de injustiça tão graves quanto a desigualdade econômica.

“As injustiças atuais são causadas tanto por estruturas econômicas desiguais quanto por padrões culturais desvalorizadores.”

(Fraser, 2003)

Essas duas dimensões, embora distintas, não podem ser tratadas separadamente, pois nas experiências concretas das minorias redistribuição e reconhecimento estão entrelaçados.



COMO ISSO SE APLICA ÀS MINORIAS

As minorias sociais — como a população negra, indígena, LGBTQIA+, mulheres, pessoas com deficiência, entre outras — sofrem injustiças econômicas e simbólicas simultaneamente:

MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Enfrentam desigualdade econômica (menor renda, mais desemprego) e simbólica (racismo e sexismo combinados). Como argumenta Fraser, esse grupo exige políticas de redistribuição (ex: cotas no emprego público) e reconhecimento (ex: visibilidade cultural, combate à discriminação racial e de gênero).

POVOS INDÍGENAS

Sofrem com a exploração de seus territórios (dimensão econômica) e com a desvalorização de suas culturas e saberes tradicionais (dimensão simbólica). A justiça social nesse caso exige a demarcação de terras (redistribuição) e o respeito à autodeterminação cultural (reconhecimento).

PESSOAS TRANS

Frequentemente excluídas do mercado de trabalho formal (redistribuição) e alvo de violência e marginalização social (reconhecimento). Assim, políticas públicas justas precisam atuar nas duas frentes.

CRÍTICA À FALSA DICOTOMIA: IDENTIDADE VERSUS CLASSE

Fraser critica a ideia de que lutas por identidade (ex: feminismo, antirracismo) seriam “menores” ou menos importantes do que lutas econômicas. Para ela, é um falso dilema opor classe e identidade. Grupos minorizados enfrentam múltiplas formas de dominação e, portanto, a justiça social exige uma abordagem integrada e interseccional.

Ela propõe o conceito de “**paridade de participação**”, ou seja:

“*Uma sociedade é justa quando todos os seus membros podem participar, em condições de paridade, da vida social*” (Fraser, 2005).

Isso significa remover tanto obstáculos materiais (falta de renda, moradia, trabalho) quanto obstáculos simbólicos (desvalorização, estigmatização, exclusão da linguagem pública).

JUSTIÇA SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO

Em sua fase mais recente, Nancy Fraser inclui uma terceira dimensão: a representação política, necessária especialmente em um contexto de globalização e crise democrática. Assim, a justiça social deve integrar:

- * Redistribuição (econômica)
- * Reconhecimento (cultural)
- * Representação (política)

Esse tripé é crucial para pensar minorias no contexto global, onde migrantes, refugiados e populações racializadas muitas vezes nem sequer têm acesso ao direito de reivindicar seus direitos — pois estão excluídos da própria esfera de cidadania.

No âmbito global, diversas ações têm sido desenvolvidas por organismos internacionais, governos e movimentos sociais para promover políticas de reparação às minorias. Essas ações incluem desde reconhecimentos oficiais de violações históricas, compensações econômicas, reformas institucionais até a garantia de direitos culturais e representatividade política.

* **ONU:** Em 2001, a Conferência de Durban declarou oficialmente a escravidão como crime contra a humanidade, estimulando os países a adotarem medidas de reparação aos descendentes de africanos.

* **Constituições Plurinacionais** como a da Bolívia e do Equador, que reconhecem os direitos de povos indígenas como nações distintas dentro do Estado.

* **Leis de igualdade racial** (como a Equality Act no Reino Unido) e leis contra discurso de ódio e violência contra LGBTQIA+.

* **Cotas políticas:** Alguns países implementaram cotas para garantir a participação de minorias em parlamentos, como Ruanda (mulheres), Índia (castas e tribos “intocáveis”) e Nova Zelândia (maoris).

As ações de reparação às minorias no cenário global revelam uma tendência crescente à justiça restaurativa, que busca não apenas corrigir os efeitos do passado, mas transformar as estruturas sociais presentes. No entanto, essas políticas enfrentam resistências ideológicas e exigem mobilização social contínua. A perspectiva sociológica nos permite entender que a reparação é mais do que um gesto simbólico: trata-se de redistribuir poder, recontar a história e reconhecer os sujeitos como protagonistas de sua própria trajetória.

MEMÓRIA HISTÓRICA COMO REPARAÇÃO SIMBÓLICA

PAUL RICOEUR, em obras como “A Memória, a História, o Esquecimento” (2000), propõe uma reflexão filosófica sobre o papel da memória coletiva na constituição da identidade e da justiça social. Para ele, lembrar o passado — especialmente as violências, os traumas e as exclusões — não é apenas um ato de conhecimento, mas também de responsabilidade ética.

“*A memória é o solo da identidade, mas também o terreno da justiça*”

(Ricoeur, 2000).



Ricoeur propõe o conceito de “memória justa”, que se opõe ao esquecimento voluntário ou à distorção do passado. Quando sociedades ignoram ou apagam as experiências de sofrimento de grupos minoritários — como a escravidão, o genocídio indígena, o racismo estrutural, o patriarcado —, elas perpetuam uma injustiça simbólica.

Para ele, o reconhecimento simbólico das vítimas é um passo necessário à justiça — mesmo quando a reparação material não é possível. Isso se dá, por exemplo, por meio de:

- * Educação crítica sobre o passado
- * Comissões da verdade
- * Memoriais, monumentos e museus
- * Pedidos públicos de desculpas

Ou seja, a memória tem um papel ético-político na reparação simbólica: reconhecer os sofrimentos passados é um modo de restituir dignidade a quem foi historicamente desumanizado.

WALTER BENJAMIN: HISTÓRIA COMO CAMPO DE LUTA E RESISTÊNCIA

Walter Benjamin, especialmente em seu ensaio “Sobre o Conceito de História” (1940), vai além: ele propõe uma visão crítica e contra-hegemônica da história, que resgata as experiências silenciadas dos oprimidos. Para ele, a história tradicional — contada pelos “vencedores” — tende a apagar os traumas das minorias e naturalizar a dominação.

“*Não há documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie.*” (Benjamin, 1940)

Nesse sentido, a memória dos vencidos, dos humilhados e dos esquecidos deve ser recuperada não como nostalgia, mas como uma forma de interromper a continuidade da violência. A memória histórica, para Benjamin, tem um papel revolucionário: ela ilumina os momentos de ruptura, de resistência e de possibilidade de outro futuro.

Benjamin cria a imagem do “anjo da história”, que vê os destroços do passado sendo acumulados enquanto a sociedade avança sem reflexão. Esse anjo quer reparar, mas é arrastado pela tempestade do progresso. É uma metáfora poderosa para refletir como as sociedades modernas, ao negar suas violências fundadoras (colonialismo, racismo, exploração), reproduzem essas mesmas violências em novas formas.

O QUE ISSO SIGNIFICA PARA AS MINORIAS?

Essas ideias ajudam a pensar por que políticas de memória são tão importantes para a justiça social e para as minorias:

- * Memoriais do Holocausto, da escravidão e da ditadura não são apenas homenagens: são atos políticos que reconhecem a dor e denunciam os silêncios da história oficial.
- * Reformas curriculares que incluam a história dos povos indígenas, africanos, LGBTQIA+, mulheres e operários são formas de resistir à invisibilização.
- * Movimentos como o Black Lives Matter, ao relembrar casos de violência policial, mobilizam o passado como ferramenta de transformação do presente.
- * No Brasil, iniciativas como o Museu da Memória Afro-Brasileira, o Memorial dos Povos Indígenas e a luta por Comissões da Verdade (como a da Ditadura) são tentativas concretas de reparar simbolicamente e prevenir novas exclusões.

Tanto Paul Ricoeur quanto Walter Benjamin nos mostram que a memória histórica é um dos pilares da justiça social, especialmente para minorias que sofreram apagamentos e violências estruturais. Em uma sociedade que busca a reparação, lembrar é um ato de justiça, de resistência e de reconstrução do laço social.

Ignorar a memória dos oprimidos não é apenas omitir o passado: é perpetuar as condições que os oprimem no presente.

MINORIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE REPARAÇÃO NO BRASIL: A BUSCA POR JUSTIÇA SOCIAL

As políticas públicas de reparação representam uma tentativa do Estado de corrigir injustiças históricas e estruturais

que marginalizaram grupos sociais ao longo do tempo. No Brasil, esse debate é particularmente importante por conta da formação social marcada pelo colonialismo, escravidão, racismo estrutural, patriarcalismo e desigualdade socioeconômica. Grupos como a população negra, indígena, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência são historicamente subalternizados, o que justifica a formulação de ações afirmativas e políticas reparatórias.

No Brasil, a desigualdade social tem raça, gênero e território, como mostram estudos do IPEA e da Fundação Perseu Abramo. Isso se expressa, por exemplo, na menor escolarização, nas maiores taxas de desemprego e de violência entre negros, mulheres negras, indígenas e a população trans.

Nos últimos anos, o Brasil implementou algumas políticas públicas de reparação e ação afirmativa voltadas às minorias, especialmente no campo da educação, cultura e trabalho:

- * Cotas raciais e sociais em universidades públicas e concursos (Lei 12.711/2012);
- * Sistema de cotas para pessoas com deficiência (Lei 8.213/1991);
- * Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010);
- * Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- * Demarcação de terras indígenas e quilombolas, embora com retrocessos recentes;
- * Políticas de incentivo à cultura negra e indígena via Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo;
- * Campanhas e políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

Embora essas políticas tenham gerado avanços mensuráveis, como o aumento da presença de estudantes negros e indígenas nas universidades públicas (o número de pretos e pardos no ensino superior dobrou entre 2010 e 2019, segundo o IBGE), ainda enfrentam resistências ideológicas, cortes orçamentários e fragilidade institucional.

Além disso, o contexto recente de ascensão de discursos ultraconservadores promoveu retrocesso em políticas identitárias e de diversidade, especialmente durante o governo Bolsonaro. Políticas de reparação foram tratadas como privilégios, ignorando seu caráter histórico e corretivo.

O desafio central é transformar políticas de reparação em políticas de Estado, e não de governo, com garantias legais e orçamentárias. Isso requer ampliação da participação social, fortalecimento da educação crítica e inclusão de minorias na formulação e gestão dessas políticas, como defende Boaventura de Sousa Santos, ao propor uma “ecologia de saberes” que valorize os conhecimentos e experiências dos grupos historicamente silenciados.

SUGESTÃO DE DOCUMENTÁRIO

“Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil”. Dir. Belisario Franca. Brasil, 2016. (Documentário sobre racismo científico no Brasil durante o Estado Novo).



REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

Escaneie o Qrcode ao lado para ter acesso as referências bibliográficas

Estamos juntos nessa!



C U R S O
FERNANDA PESSOA
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.